

Memória, gênero e lutas no campo: O protagonismo das mulheres nas Ligas camponesas e greves de 1979/80 e os rebatimentos para movimentos sociais do presente

Claudiana Barbosa da Silva¹

Valéria Costa Aldeci de Oliveira²

INTRODUÇÃO

A inserção das mulheres na política, seja ela de base ou em cargos de liderança, sempre se mostrou como uma discussão delicada na articulação de movimentos sociais. Uma vez que as mulheres ocupam determinado espaço na sociedade, se espera que os papéis sejam cumpridos de acordo com estas determinações, muitas vezes implicando na divisão sexual do trabalho.

Através das lutas das mulheres rurais do Nordeste ao longo das últimas décadas, podemos observar que a vida das militantes no campo, suas experiências e inserções públicas e privadas, a questão da participação e permanência das mulheres nos sindicatos e nas organizações de base tornam-se temas importantes para compreendermos a importância de suas trajetórias na luta de classes. É com este tema que trabalharemos a memória através da perspectiva de gênero nas lutas do campo, considerando a inserção e permanências das mulheres num âmbito considerado majoritariamente masculino.

A Paraíba foi palco de lutas importantes e significativas para os trabalhadores do campo, o que significou a adesão destes trabalhadores às organizações de enfrentamento contra a ordem estabelecida. Na cidade de Sumé, por exemplo começaram a se formar as Ligas Camponesas com o líder João Pedro Teixeira e sua esposa Elizabete Teixeira, o que influenciou várias cidades e Estados na luta pela Reforma agrária. Alguns anos depois, na cidade de Alagoa Grande, a luta da sindicalista Margarida Maria Alves, torna-se símbolo da luta pela terra. Nas décadas de 1970-1980, a diversificação de espaços ocupados e obstáculos a cargos de comando, apresentavam-se para as mulheres com poucas alternativas profissionais e com diferenças salariais

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba

² Professora do DSS/UFPB. Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba

entre os sexos. Foi a partir destas décadas que começaram a se tornar mais presentes o debate sobre as especificidades do trabalho feminino no Brasil, e como a inserção das mulheres na luta sindicalista se mostrava de total relevância dentro das próprias organizações. Com isto, pretendemos observar em que medida a memória das lutas passadas influenciam as lutas no presente e ajudam nas diretrizes das pautas femininas, na atuação e nas reivindicações para as mulheres militantes nas organizações de luta.

ARTICULAÇÕES ENTRE A PESQUISA E EXTENSÃO: as lutas do nordeste canavieiro

As reflexões aqui produzidas fazem parte de uma pesquisa mais ampla que visa o resgate da memória das lutas no campo, mais precisamente nas greves de 1979 e 1980 no nordeste canavieiro e do ABC Paulista, no contexto do surgimento do novo sindicalismo, onde estão envolvidos pesquisadores (as) de cinco universidades (UFRJ, URRJ, UFABC, UFPB, UFCG), que tem como objetivo situar de que maneira as greves dos canavieiros da Zona da Mata Pernambucana e as greves do ABC de 1979/1980 paulista constituíram-se em lutas inovadoras, com práticas que estavam envolvidas numa dinâmica mais ampla da sociedade brasileira por redemocratização e, sobretudo, por maior justiça social.

Nosso escopo, na referida pesquisa, é parte deste “Projeto guarda-chuva” atuando junto ao Projeto de Pesquisa/Extensão MEMÓRIA VIVA: as lutas das mulheres do nordeste canavieiro recontadas na escola que tem o objetivo de suscitar o debater sobre o protagonismo das mulheres no processo das lutas políticas no campo, por meio das ligas camponesas e dos sindicatos conduzidas por figuras femininas como Margarida Maria Alves, Elisabete Teixeira, Maria da Penha, Soledade, entre outras, visando reconstituir a memória da atuação das mulheres nas greves da Paraíba que atuam de forma marcante nas lutas da região, como Alagoa Grande e Sapé. Como questão central, almeja-se conhecer como foram inseridas as pautas de gênero em um meio predominantemente masculino, principalmente no meio rural. Sustenta-se que o resgate da memória das mulheres na luta do campo possibilita a resignificação das lutas sociais. A marcha das margaridas é um exemplo como a memória pode contribuir para movimentos sociais no presente.

Contudo, ainda persistem algumas questões: Quais foram os avanços e quais as dificuldades experimentadas por elas na atuação sindical e, mais especificamente, como foram apresentadas as pautas específicas das trabalhadoras rurais nas décadas de 1970-1980?

A pesquisa e a extensão na cidade de Alagoa Grande/PB ainda estão em andamento. No artigo, apresentamos resultados parciais das experiências da pesquisa e extensão, por meio de uma entrevista e realização de filmagem para o documentário com uma das principais militantes (Soledade), em que vislumbramos a participação política ativa na reivindicação por direitos para as mulheres no sindicato rural de Alagoa Grande - PB.

Através de nossa pesquisa de campo, pudemos debater com Soledade, nossa entrevistada até o momento da escrita. A título de esclarecimento, ela foi uma das mulheres que lutaram pelo direito à participação ativa no sindicato dos trabalhadores rurais de Alagoa Grande e grande amiga e companheira de lutas das expoentes das lutas sindicais na Paraíba (Margarida Maria Alves e Penha), quando ainda não havia participação feminina, nem pautas específicas de gênero.

METODOLOGIA DA PESQUISA ARTICULADA À EXTENSÃO

O desenvolvimento do projeto de pesquisa articulada a extensão exigirá a realização de um trabalho de campo, que será norteado por princípios da etnografia dialógica (Clifford, 2008). O objetivo é, através da inserção nas comunidades onde atuaram as principais lideranças femininas do movimento dos trabalhadores rurais das regiões estudadas, estabelecer um diálogo que proporcione captar as experiências vividas por essas mulheres durante os anos de luta. Para Clifford, a etnografia não deve ser entendida como a descrição de uma outra cultura feita por um antropólogo, “mas sim como uma negociação construtiva envolvendo pelo menos dois, e muitas vezes mais, sujeitos conscientes e politicamente significativos” (p. 43).

No decorrer da pesquisa, para o registro dos depoimentos, também serão aproveitadas metodologias ligadas à coleta de informação viva. Queiroz (1983) afirma que “informação viva” é um relato oral que “provém diretamente do informante” (p. 67). Entre as práticas exploradas pela autora para o registro da informação viva, destacamos a gravação de “histórias de vida” e “depoimentos pessoais”. “Histórias de

vida” são as narrativas das trajetórias completas dos entrevistados. Os “depoimentos pessoais” se concentram em um lapso de tempo reduzido, e não na totalidade das trajetórias.

Queiroz também propõe um método para o tratamento do material coletado. Para ela, a análise consiste no “desmembramento dos tópicos” (p. 92). Assim, “selecionados os temas, um outro momento da busca se abre para o pesquisador: relacionar os temas, sua ordem, e a frequência com que aparecem” (p.103).

A opção de desenvolver um produto filmico baseado na coleta de histórias de vida de lideranças femininas no campo levou ainda a uma aproximação com a etnobiografia, conceito desenvolvido por Jorge Preloran (2006). Para o autor, o cinema etnobiográfico tem como característica centrar-se na história de vida de um indivíduo "através do qual se pretende conhecer não só sua realidade pessoal, mas também a cultura em que está enraizado" (p. 20, tradução nossa).

Preloran (2006) destaca algumas particularidades dessa abordagem que busca apreender o comum através do estudo do singular. O cineasta chama atenção para a possibilidade, que ele enxerga na etnobiografia, de humanizar a história que está sendo contada.

Quero crer que as etnobiografias permitem um cinema humanista, porque se centram na realidade de um indivíduo, sua família e sua comunidade, para mostrar as experiências documentadas sob o ponto de vista do protagonista. Isto é, estão focadas nos personagens e em sua forma de ver a realidade, mais do que nos eventos dos quais participam (pp. 16-17, tradução nossa).

Por último, cabe colocar que o produto audiovisual seguirá também princípios da antropologia filmica, proposta por Claudine de France (2000). A autora afirma serem as duas funções principais desta prática “colocar em evidência os fatos que são impossíveis de estabelecer somente com a observação direta assim como descrever aqueles dificilmente restituídos pela linguagem” (1998, p. 22). A antropologia filmica, assim, não só possibilitaria um conhecimento sobre o mundo dos interlocutores que iria além da palavra dos mesmos, como também permitiria reviver manifestações orais ou visuais com riqueza de detalhes.

Para Claudine de France (1998), tanto a presença da câmera quanto a do antropólogo são elementos que alteram o ambiente que está sendo filmado. Por isso, a observação do etnólogo-cineasta é sempre participante. Porém, certas práticas podem

tornar o fazer fílmico menos intrusivo. A estrutura escolhida para o registro audiovisual levará em conta essa preocupação, optando às vezes por uma equipe reduzida e equipamentos mais discretos, no intuito de deixar os interlocutores mais à vontade.

APORTE TEÓRICO

A discussão sobre inserção das mulheres à luta parte de discriminações que as mesmas sofriam em relação à própria sobrevivência. Considerando que os direitos do trabalho não se estendiam ao campo, a discriminação torna-se ainda maior se tratando das mulheres. A estas não cabiam sequer o direito à terra, pois as mesmas foram excluídas durante muitos anos das reformas agrárias latino-americanas, como também de heranças, como ressalta Paulilo (2004), fazendo com que se tornassem completamente dependentes da família e ignoradas pelas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. É importante destacar que “a luta por direitos previdenciários iguais está presente nas reivindicações dos movimentos de mulheres rurais, mas a exclusão da terra é quase um tabu, não aparecendo como uma bandeira de luta forte em nenhum dos movimentos” (Paulilo, 2004, p. 236). Isso nos foi revelado em uma das falas de nossa entrevistada, quando a mesma relata ter passado por dificuldades em relação à luta por terras em meio à família:

“Eu tinha um pedacinho de terra que minha mãe tinha me dado pra plantar mais no pé da serra e o pedaço de terra do meu irmão era mais em cima. Um certo dia, ele resolve que vai fazer a casa dele no lugar que eu plantava, aquilo me deu uma tristeza tão grande, porque eu mulher, com três meninas pequenas pra criar, pra mim era ruim morar mais em cima e mais perigoso. Mas meu irmão disse que ia fazer lá no meu canto, ele era homem, minha mãe disse que aquele pedaço ia ser dele e que ele ia começar a construir. Então foi quando eu peguei minhas coisas e disse que também não queria construir em cima, não. E fui embora morar em outro canto com minhas meninas” (Soledade, março de 2018)

O debate entre direitos da mulher e direitos da classe trabalhadora como um todo, percorre um longo debate até não ser mais visto como “divisor de águas” dentro dos movimentos sociais e incluir as pautas femininas como forma de garantir a democracia entre os trabalhadores. Depois de muita luta, as mulheres casadas conseguem o estatuto de produtoras rurais, antes concedidos apenas ao provedor da casa, na figura do homem.

O estudo sobre classe e gênero nos traz discussões interessantes no que se referente à prioridade de pautas. Muitas vezes, o esquecimento ou a marginalização dos

assuntos específicos das mulheres se torna relevante pelo medo ou pela discriminação que as bandeiras gerais de luta sejam postas de lado ou vistas como não-prioridades. Como ressalta Paulilo (2004)

Ao estudarmos a importância que cada movimento dá a articulação entre classe e gênero, percebemos que suas representações sobre os dois fenômenos não se juntam facilmente, de tal maneira que se torna bastante difícil partir-se da discussão sobre um deles e, por acréscimo, aprofundar-se na discussão do outro, embora, no discurso, eles apareçam juntas. Isso só é possível pela grande elasticidade e pouca explicitação do que sejam 'questões de gênero'.(p.239)

Dito isto, é importante pensar no que os sindicatos estão fazendo para uma melhor inserção das mulheres em cargos de diretoria, como representantes dos trabalhadores. Para nossa entrevistada, o preconceito de mulheres no sindicato existe desde sempre, podemos observar isto na seguinte fala:

“[...] Aí quando eu cheguei aqui tinha aquele preconceito de que os homens quem imperava nos sindicatos. E a preocupação da companheira Penha e de Margarida também, é que nas reuniões e nas assembleias que nós tínhamos... hoje os sindicatos mudaram. Mas no começo, na época, todo terceiro domingo do mês nós tínhamos uma reunião, e no final do mês uma assembleia, mas todo terceiro domingo do mês, nós tínhamos uma reunião com os trabalhadores. E nessas reuniões só se viam os homens, mulher não, né. Então a preocupação de Margarida e da Penha é que não tinha mulher. Aí o que é que os homens respondia?: que ‘mulher não sabia falar’, que ‘mulher ia ver o que em sindicato?’ ‘Não sabia falar, não precisava daquilo’. Então bastava ser o homem filiado ao sindicato que a mulher era dependente dele. Então a gente foi lutando e quebrando esse tabu, hoje nós temos um grande número de mulheres sindicalizadas”

Soledade recupera a memória das lutas das mulheres por espaço político no sindicato. No mesmo movimento de rememorar as lutas pela participação no sindicato vai reconstituindo participações de militantes relevantes para a experiência da Paraíba. Margarida Alves dispensa apresentações, a companheira de Soledade de Alagoa Grande, que pagou com sua vida, na luta pelos direitos no campo, tornou-se símbolo das trabalhadoras rurais e, sua disposição para as lutas serve de inspiração do nordeste canavieiro e no Brasil, reunindo muitas margaridas em marchas consubstanciadas em lutas por igualdade de gênero, desenvolvimento sustentável, agroecologia e tantos temas caros à vida no campo.

Não muito conhecida como Margarida Alves, mas igualmente importante para a militância das mulheres de campo, a figura de Penha é constantemente lembrada por Soledade. Sua morte em acidente de carro junto com a professora Elisabete Lobo é lembrada por Soledade como um momento muito triste em sua vida “*foi difícil de acreditar e de superar*”. Penha está presente na vida de Soledade como a companheira que alugou sua primeira casa, a companheira que chamou para participar das lutas por meio de sua viola, visto que precisava sustentar suas filhas, a companheira das lutas por direitos em Brasília. Penha se foi, mas sua memória está viva como a de Margarida Alves no cotidiano das mulheres lutadoras da Paraíba e do Brasil. Relembrar suas lutas é encontrar o móvel das lutas para novas gerações. Essas mulheres foram pioneiras como dirigentes sindicais na região. Assumindo postos no sindicato de trabalhadores rurais, antes impensáveis para as mulheres. Em universo de primazia masculina como o sindicato de trabalhadores rurais, assumir a presidência do sindicato significava insurgência com uma ordem opressora, inclusive entre os próprios trabalhadores rurais. Recuperar o significado dessa conquista é recolocar continuamente as possibilidades de conquistas por uma maior equidade de gênero no universo rural, local comumente associado a resistente às mudanças de costumes.

Cabe salientar que, Para Carvalho (2004), em pesquisa feita em sindicatos de São Paulo, os sindicatos presididos por homens, não levam muito em consideração a participação e as pautas das mulheres. Para Deere (2004), quanto mais a mulher tiver meios e direitos para barganhar na família e na comunidade, maior o seu empoderamento e menor sua subordinação ao homem, por isto a importância de reivindicar a distribuição de terras, os benefícios sociais, os salários e claro, seus postos de representação nos sindicatos. Para esta autora, a exclusão das mulheres do ambiente público e político é prejudicial ao desenvolvimento pessoal das mesmas, e também ao bem estar dos movimentos. Para nossa entrevistada, participar do sindicato era crucial :

“Quando me separei que vim pra cá (Alagoa Grande), já vim com a cabeça virada nas lutas. Quando cheguei aqui pensei ‘vou me filiar’ [...] Quando fui me filiar, quem tava era Zé Horácio, não era Margarida ainda que tava na presidência... Aí começou a me pedir documentos, eu disse: ta bom! Fui em casa e peguei tudo que era papel, das crianças, de saúde e fui logo com raiva: ‘Aqui, só ta faltando a reservista, mas nunca vi mulher ter reservista!’”. Aí ele começou a rir [...] Depois da morte de Margarida, nós vimos a necessidade de criar um grupo de mulheres aqui, aí criamos o MMB, que era Movimento das mulheres do Brejo, no final de 83, pra 83, por aí assim [...] Aí foi quando a gente começou a trabalhar com várias organizações. Em 92 foi a morte da Penha, que morreu com a professora Beth Lobo. Então a gente começou a ter dificuldade porque os últimos projetos passavam pela mão da

Penha e não tinha prestado contas quando morreu. Aí foi difícil fazer parcerias. Eu também fiquei muito abatida com a morte dela. As parcerias diziam que era difícil porque tinha muitos movimentos, aí davam preferência pro mais antigo. Então receberam o convite de participar junto com o MMP – Pípirituba, eles tinham casa própria, aí ficou mais fácil, unificamos as lutas. Em todos os municípios fazíamos eventos, saúde da mulher, saúde alternativa, plantas, feminismo. O MT ainda continua, fraquinho, com essas crises que tão aí, aí os projetos quase não são aprovados. MMTR-Nordeste também fazemos parte, articulando. Eu era da articulação nacional por muito tempo desse. Também tinha o MMC: movimento de mulheres camponesas. Também fiz parte, quando tinha reunião ia pra lá. Fui coordenadora

Sendo assim, nossa entrevistada nos mostra que a luta pela inclusão das mulheres no sindicato se deu através das articulações feitas e das reivindicações de participação por meio das lideranças sindicais.

Atualmente, a memória destas lutas reflete na agenda sindical, na qual inclui políticas para as mulheres, desenvolvendo atividades para as mesmas, como também na Marcha das Margaridas, que tem se tornado um momento de luta importante por expor as pautas e as reivindicações das mulheres do campo, pressionando assim os poderes legislativos na construção de políticas específicas das mulheres. A Marcha ajuda a quebrar estas barreiras para que as mulheres lutem nos movimentos sindical e sociais, possibilitando “visibilidade às mulheres enquanto sujeitos políticos, através do poder, voz e decisão na construção das pautas, ou seja, poder de ação na construção dos assuntos que lhe afetam. Nesse sentido, propõe questões que podem vir a compor a agenda do governo” (Cavalcanti, 2017)

RELATO DA EXPERIÊNCIA DE SOLEDADE NAS LUTAS

Nossa pesquisa em campo, juntamente com integrantes do projeto de extensão até o momento realizou entrevista e a filmagem para o documentário com uma das lideranças sindicais de Alagoa Grande-PB. A mesma nos relatou sua trajetória de vida e como entrou no movimento sindical e na luta pelo direito das mulheres.

Inicialmente, Soledade entra no movimento sindical através da influência de uma das companheiras de luta chamada Penha, que realizava o movimento sindical juntamente com seu esposo e que começava aos poucos a debater pautas sobre gênero no movimento rural. A necessidade de lutar pelo direito à terra e sua paixão pela música, levou Soledade a procurar o sindicato e a se inteirar da história enquanto recurso para lutar por seu direito à vida e à liberdade. Recém separada devido à violência

doméstica que sofria, Soledade chega a Alagoa Grande-PB na década de 1970 com duas filhas e grávida, segundo ela:

Quando eu saí de Bananeiras, foi quando me separei, com duas crianças e grávida de uma. Quando chego em Canafistula (Distrito de Alagoa Grande) com três meninas e com uma viola, foi aquele preconceito. Aí pronto. Tinha mulher que não olhava nem pra minha cara. Aí passava o dia trancada. Eu devo muito a Penha. Quem me libertou foi a Penha. Eu era a ovelha negra por causa da viola, se fosse no tempo da fogueira, eu tinha ido pra fogueira. Aí derrepente eu pego uma viola. Eu fui a vergonha da família, porque era visto como coisa de homem, de vagabundo, de malandro, aí derrepente virei a vagabunda (risos).

Aí quando chego, com a viola, com as meninas e sem marido, as mulheres só faltavam trancar os maridos achando que eu ia roubar os maridos delas. Aí eu tocava na sexta, sábado e domingo. Aí ficava só com uma janela aberta em casa, aí Penha foi falar comigo e disse “mulher, né assim que você vai dar resposta ao povo não, vem pro movimento, vamo pra luta, mostra que tu não vai pegar marido de ninguém não. Abre essas portas. Aí eu disse “Mas Penha, eu tenho três criança, tenho que dar conta, eu tenho que sobreviver com a viola. E ela disse: “vamo fazer os seguinte: nos eventos, tu vai e a gente te ajuda”. Aí a gente fazia um evento de três dias, que dava umas 60 mulher, e ela dizia: “tu vai, participa, leva a viola, canta pra animar e no final, a gente te ajuda com as compras”, aí o que sobrava das compras, ela me dava, pra mim e pra Maria miúda, que era outra que precisava. Aí eu fui gostando, fui entrando, entrando e fiquei.

Pra minha família era assim: Papai não era muito chegado à agricultura não, ele era fiscal de rodage, funcionário público. Meu primeiro violão, papai me deu de presente. Já mamãe, ela gostava da poesia né, mas pra filha dela, pra princesa dela essa fama de vagabundo, ela não queria. No passado era tanto preconceito na escolha da arte. Ser escrava do lar, do sujeito, essa era a saga da mulher.

A medida que revelava suas lutas pessoais para a criação de suas filhas, separada em um tempo em que imperava o preconceito em relação as “mulheres separadas”, “artistas”, “violeiras”, Soledade relata que tinha dois caminhos para escolher: o primeiro era o de sucumbir à pressão social e, nesse aspecto, sua fala foi categórica: *inicialmente eu fechava até as janelas porque as mulheres tinham medo de mulheres separadas roubarem seus maridos*”. Mas a luta revelou possibilidades novas, as companheiras, principalmente Penha sua principal incentivadora lhe falava:” *abre essas janelas Soledade, vem para a luta, essas mulheres vão ter que aceitar que tu és uma mulher decente e de luta*”. A escolha pela luta, foi paralela a sua arte de superação do preconceito de gênero, por meio de sua viola garantiu o seu ganha pão, cantando e embalando com sua viola as lutas inescusável da Paraíba Canaveira.

Neste contexto, através da arte, Soledade sente a falta de representação nos sindicatos no que se refere aos direitos específicos da mulher e junto às suas companheiras inicia um

movimento de articulação para este eixo, filiando-se então ao sindicato e participando à medida que conseguia. Em relação aos ciclos de greves e à participação das mulheres relata o seguinte:

Na greve, os latifundiários naquela perseguição, corria atrás de trabalhador, a Penha ainda apanhou do povo da usina. Eles levavam revólver, o que diziam que foi o mandante da morte de Margarida. Comigo nunca aconteceu não, porque em 79 eu tava participando com a viola, não tava tão dentro da luta, eu cantava. Eles diziam que iam botar fogo no sindicato, foi um tempo difícil.

Alguns anos mais tarde, a participação e liderança de Soledade se solidificam ainda mais com a mesma se tornando presidente do sindicato. A mesma relembra momentos de luta:

Antes da Marcha das margaridas (meio que nos anos 90), era tanta mulher na frente do palácio, a gente tava lá com fogão, com panela, a gente foi pra ficar, a gente foi chamar eles pra votar no salário a maternidade e não podia chegar perto deles. Da Paraíba tava o sindicato de Araçaji e de Alagoa Grande.... e a polícia sem deixar a gente entrar (no Congresso Nacional), a gente recuou, pensou numa estratégia, aí entramos de uma em uma e diz no balcão que vai pra tal gabinete, aí a gente foi, ganhava um crachá como visitante, se escondia e entrava, isso depois de uma seleção de mulheres né. Aí a gente se reuniu lá dentro, o grupo todo de mulheres e foi pra plenária. Quando um delegado votava contra a gente vaiava, quando votava a favor, a gente batia palma. Aí queriam botar a gente pra fora.

Tinham trabalhadoras que tinham 7, 8 meses que tinham encaminhado a solicitação e não tinham recebido resposta. Aquilo me deu uma raiva... porque no máximo, 3, 4 meses, todos os pedidos eram analisados e respondidos se sim ou não, aí eu pedi a palavra, me identifiquei que “sou da terra de Margarida Maria Alves” e queria dizer pra vossa senhoria que sou presidente do sindicato, o mesmo que Margarida foi, e temos companheiras que encaminhou a documentação solicitando o benefício e não obteve respostas e eu não esperei ele me chamar de mentirosa não, eu disse “assim que eu chegar à Paraíba, lhe mando as provas”, ele disse “minha amiga da Paraíba, aguardo as provas”, eu disse “pode deixar, assim que eu chegar, lhe mando”, aí voltei, botei um carro de som na rua pedindo pra todo mundo trazer os documentos, não passou 30 dias, choveu de benefício em Alagoa Grande. Também não deixei ele me chamar de mentirosa não, antes que ele falasse eu disse logo que trabalhava com provas. Fiquei tão feliz que parecia que o benefício era meu.

Para ela, quando as mulheres se reúnem e reivindicam seus direitos, podem conseguir reestabelecer a ordem, neste caso, mesmo que a maior parte de lideranças fossem do sexo masculino, as especificidades poderiam ser debatidas e novas propostas poderiam ser lançadas em prol das mulheres do campo. Com a influência das lutas pela terra na Paraíba, percebia-se que a história era fator determinante para novas lutas. E assim, o campo se tornava palco de novas lideranças, mesmo em períodos turbulentos como a ditadura. Soledade sentiu o preconceito de todos os setores da sociedade em

que fazia parte, desde a casa dos pais, onde quase foi impedida de tocar sua viola, na casa do ex-esposo, onde sofreu violência doméstica, durante a separação, onde não era aceita pela comunidade devido seu estado como mãe solteira, no sindicato, onde teve maior resistência para sua filiação enquanto condição de mulher, na cultura, em que a mulher é vista como secundária, podemos observar esta última no seguinte relato: “é muito difícil uma mulher ser convidada pra um festival e quando acontece eles colocam pra ser especial (abertura dos eventos de grandes cantores), aí os grandes cantadores são as estrelas (atrações principais). Aí eu fiz um que botava as mulher pra concorrer e eles pro especial (risos), aí eles começaram a chamar meu festival de feminista. Aí veio um companheiro e disse ‘quando tu vai fazer teu festival feminista?’, aí eu disse ‘depois do teu machista’.

Sendo assim, a resistência de uma mulher para participação no sindicato, se torna evidente de acordo com sua trajetória de mulher pobre e do meio rural da Paraíba, representando assim várias mulheres que não tinham seus direitos assegurados. Com a memória de figuras importantes na luta pela terra, Soledade enfatiza a articulação geral dos trabalhadores enquanto classe, mas deixa claro que a luta pelo direito das mulheres é extremamente importante e essencial para que todos possam viver dignamente e juntos, possam construir uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

- CARVALHAL, T. B. **Gênero e classe nos Sindicatos**. Presidente Prudente: Edições Centelha, 2004. 144 p.
- CASTRO, Nadya Araújo. *Divisão sexual do trabalho, produção e reprodução*. In: KERGOAT, Danièle. *Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo*. In: HIRATA, Helena (Org.), *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009.
- LOBO, Elizabeth Souza. *A classe operária tem dois sexos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.
- PERROT, Michelle. Mulheres in *Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1998. P. 167 – 213.
- SIGAUD, Lygia. *A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas*. In *Dados*, revista de ciências sociais. Vol. 9, n 3, 1986. P. 319-344
- CAVALCANTI, Manuella Paiva de Holanda. *Marcha das margaridas: participação política, empoderamento e movimento social em rede das mulheres do campo e da floresta*. In 3º Seminário Internacional Desfazendo gênero. Simpósio temático nº 3: A mulher do campo em diálogos interdisciplinares.
- CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: _____. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- PAULILO, M, I, S. **Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

FRANCE Claudine de. Antropologia fílmica – uma gênese difícil, mas QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva. São Paulo: CERU e FFLCH/USP, 1983.

promissora. In: _____ (Org.). Do filme etnográfico à antropologia fílmica. Campinas: Editora da Unicamp, 2000. Cap. 1, p. 17-42.

PRELORAN, Jorge. El cine etnobiográfico. Buenos Aires: Catálogos, 2006.

_____. Cinema e antropologia. Campinas: Editora da Unicamp, 1998
ora UFRJ, 2008.